

EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS AOS PRODUTOS IMPORTADOS: PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL OU PROTECIONISMO DISFARÇADO?

Maria Rita Anastácio Rodrigues

Graduada em economia Universidade Federal de Viçosa (UFV). *E-mail:* maria.anastacio@ufv.br.

Michelle Márcia Viana Martins

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea); e professora de economia na UFV. *E-mail:* michelle.martins@ipea.gov.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2963-port>

A relação entre comércio internacional e meio ambiente passou por mudanças significativas desde a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995. Antes desse marco, as discussões comerciais se concentravam em equilibrar a balança comercial, reduzir tarifas e promover investimentos estrangeiros diretos. Com a OMC, o estabelecimento do Comitê de Comércio e Meio Ambiente ampliou a importância do tema ambiental para as trocas comerciais, refletindo o aumento da conscientização dos agentes sobre os efeitos ambientais das atividades econômicas.

O desafio é equilibrar metas ambientais globais, como a Agenda 2021, a 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27) e o Acordo de Paris, com as regras da OMC e as ações dos países. As regras da OMC incluem regulamentos que exigem que os fornecedores mundiais alterem seus produtos e processos produtivos para que cumpram com uma série de requisitos, inclusive os ambientais. Países desenvolvidos, como os da União Europeia (UE), lideram regulamentações ambientais, como o Pacto Europeu, o Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras e o Regulamento contra Desmatamento.

No entanto, os países em desenvolvimento alegam que as políticas ambientais atuais dos países de alta renda ocorrem a partir da transferência de gases do efeito estufa (GEE) e metais pesados para os países mais pobres.

Isso ocorre devido às políticas ambientais mais brandas nestes últimos. Porém, são crescentes os esforços dos importadores em reduzir a importação de bens que causem danos ambientais. Com efeito, os regulamentos ambientais têm potencial de determinar quais devem ser as boas práticas ambientais utilizadas nos países fornecedores, para que estes mantenham suas relações comerciais. A questão é: será que os países que determinam as exigências ambientais aos produtos importados têm melhorado sua própria gestão ambiental? Esta pesquisa explora o perfil ambiental dos países que lideram a imposição de medidas ambientais sobre os produtos importados e investiga se esses países têm realizado mudanças ambientais na própria economia. O objetivo deste estudo é identificar as principais políticas comerciais relacionadas ao meio ambiente e identificar quais são as melhorias ambientais feitas pelos países que mais impõem regulamentos nesse âmbito aos seus parceiros comerciais.

Por meio da análise dos indicadores ambientais, os países identificados como os mais exigentes em relação às questões ambientais associadas ao comércio estão empenhados em alcançar resultados ambientais positivos e aprimorar seus indicadores. Essa é uma sinalização de que o volume de medidas ambientais que emitem tende a acompanhar suas políticas domésticas, na tentativa de promover práticas de produção e consumo mais

SUMEX

sustentáveis não apenas em seus mercados, mas também nos países fornecedores de bens comercializados no comércio internacional.

Foi observado que o maior número de notificações emitidas por um país está associado a áreas que continuam a exigir melhorias substanciais. Os Estados Unidos, por exemplo, direcionam 25,9% de suas notificações ambientais para o setor de energia, com 21,2% delas relacionadas à busca por “energia alternativa e renovável”. Embora os Estados Unidos ainda enfrentem desafios significativos em termos de emissões de GEE, os formuladores de políticas do país têm adotado políticas notáveis para melhorar esses indicadores, conforme observado pela queda de CO2 equivalente emitido.

No caso da China, cerca de 32,7% de suas notificações estão ligadas ao setor manufatureiro, com 16,7 % direcionadas à “conservação e eficiência energética”. Sobre esse aspecto, o país está buscando ativamente melhorar seus índices de exposição à poluição e a emissões de GEE, que estão diretamente relacionados à área mencionada.

Conclui-se que esses países não apenas buscam aprimorar seus próprios indicadores ambientais deficientes, mas também exercem influência sobre outras nações, exigindo que estas colaborem para melhorar as condições ambientais globais. Isso reflete um esforço coletivo para enfrentar os desafios ambientais e promover uma agenda global de sustentabilidade.